



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 681360 - SP (2021/0226540-3)

RELATOR : **MINISTRO FELIX FISCHER**
IMPETRANTE : AMANDA ABOU DEHN
ADVOGADO : AMANDA ABOU DEHN - SP423741
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : PAULO SERGIO JOSE DOS SANTOS JUNIOR (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de PAULO SERGIO JOSE DOS SANTOS JUNIOR, em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (Apelação Criminal n. 1501642-81.2020.8.26.0664).

O paciente foi condenado às penas de 5 anos de reclusão em regime inicial fechado, pela prática do delito previsto no art. 33, *caput*, da Lei n. 11.343/2006, de 6 meses de detenção, em regime aberto, pela prática do crime descrito no art. 309 da Lei n. 9.503/97, e ao pagamento de 500 dias-multa (e-STJ fls. 12-27)

A impetrante sustenta que o paciente faz jus à fixação do regime inicial semiaberto, ante a ausência de motivação idônea para imposição do regime mais gravoso, tendo em vista que o paciente é primário, ostenta bons antecedentes e as circunstâncias judiciais lhe são favoráveis.

Requer, liminarmente e no mérito, a fixação do regime inicial semiaberto para o cumprimento da pena do paciente.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Com efeito, verifica-se que, embora a pena-base quanto ao delito de tráfico de drogas tenha sido fixada no mínimo legal, a quantidade e a diversidade das substâncias entorpecentes envolvidas na prática do delito – mais de 632 g de maconha e de 100 g de cocaína (e-STJ fl. 25) – afastam, em uma análise ainda primária do feito, a alegação de patente constrangimento ilegal a ensejar o deferimento da medida de urgência.

Ademais, considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 19 de julho de 2021.

MINISTRO JORGE MUSSI
Vice-Presidente, no exercício da Presidência